

# ANÁLISE DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE MARIANA / MINAS GERAIS, NA DÉCADA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO E DA PANDEMIA COVID-19

## ANALYSIS OF BASIC SOCIAL PROTECTION IN THE MUNICIPALITY OF MARIANA / MINAS GERAIS DURING THE DECADE OF THE FUNDÃO DAM COLLAPSE AND THE COVID-19 PANDEMIC

## ANÁLISIS DE LA PROTECCIÓN SOCIAL BÁSICA EN EL MUNICIPIO DE MARIANA / MINAS GERAIS DURANTE LA DÉCADA DEL COLAPSO DE LA REPRESA DE FUNDÃO Y LA PANDEMIA DE COVID-19

Sarah Oliveira Gomes

ORCID 0000-0001-9334-9559.

Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV),  
E-mail: [saraholigomes@gmail.com](mailto:saraholigomes@gmail.com)

Aloisio Lélis de Paula

ORCID 0000-0001-7204-4537.

Doutor em Desastres Naturais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP),  
E-mail: [aloisiolelis@gmail.com](mailto:aloisiolelis@gmail.com)

### Resumo:

O artigo tem como objetivo analisar a oferta da Proteção Social Básica aos usuários dos CRAS no município de Mariana, Minas Gerais. Parte-se da hipótese de que as emergências decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e da pandemia da Covid-19, alteraram o *modus operandi* dos serviços no território. O estudo quali-quantitativo proporcionou a análise quantitativa, a partir dos dados extraídos do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e considerou o número de atendimentos individualizados, famílias em acompanhamento pelo PAIF e outros benefícios eventuais concedidos. A análise qualitativa proporcionou a discussão do contexto antes das emergências, após o rompimento da barragem de Fundão e durante a pandemia da Covid-19. O estudo compreende o período entre os anos de 2014 e 2023 e demonstra a capacidade de resposta dos serviços ofertados pelos CRAS.

**Palavras-chave:** Assistência Social, Barragem, Covid-19, Emergências, Proteção Social.

### Abstract:

This article aims to analyze the provision of Basic Social Protection to CRAS users in the municipality of Mariana, Minas Gerais. It is based on the hypothesis that the emergencies resulting from the collapse of the Fundão dam and the COVID-19 pandemic changed the modus operandi of services in the territory. The qualitative-quantitative study provided the quantitative analysis, based on data extracted from the Monthly Service Record (RMA) and considered the number of individualized services, families monitored by PAIF and other occasional benefits granted. The qualitative analysis provided the discussion of the context before the emergencies, after the collapse of the Fundão dam and during the COVID-19 pandemic. The study covers the period between 2014 and 2023 and demonstrates the response capacity of the services offered by CRAS.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

**Keywords:** Social Assistance, Covid-19, Disasters, Emergencies, Social Protection.

**Resumen:**

El artículo tiene como objetivo analizar la prestación de Protección Social Básica a los usuarios de CRAS en el municipio de Mariana, Minas Gerais. Se supone que las emergencias derivadas del colapso de la presa de Fundão y la pandemia de Covid-19 cambiaron el modus operandi de los servicios en el territorio. El estudio quali-quantitativo proporcionó un análisis cuantitativo, basado en datos extraídos del Registro Mensual de Servicios (RMA) y consideró el número de servicios individualizados, familias monitoreadas por el PAIF y otros eventuales beneficios otorgados. El análisis cualitativo proporcionó una discusión sobre el contexto antes de las emergencias, después del colapso de la presa de Fundão y durante la pandemia de Covid-19. El estudio cubre el período comprendido entre 2014 y 2023 y demuestra la capacidad de respuesta de los servicios ofrecidos por CRAS.

**Palabras clave:** Asistencia Social; Covid-19; Desastres; Emergencias; Protección Social.

## INTRODUÇÃO

Na última década, o município de Mariana, em Minas Gerais, enfrentou duas das maiores emergências da história recente do Brasil: o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco S.A., em 2015, e a pandemia da Covid-19, em 2020. Ambos os eventos trouxeram impactos profundos, evidenciando vulnerabilidades sociais e econômicas, além de desafiar as políticas públicas locais, especialmente no âmbito da Assistência Social, cuja finalidade é assegurar proteção às populações em situação de risco social.

Localizada a aproximadamente 115 km de Belo Horizonte, Mariana é reconhecida como a primeira capital mineira e destaca-se historicamente por sua relevância durante o ciclo do ouro no século XVIII (IPHAN). O município integra a Microrregião de Ouro Preto e a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (IBGE, 2021). De acordo com o censo demográfico de 2022, a população estimada é de 61.387 habitantes, apresenta densidade populacional de 51,40 habitantes por km<sup>2</sup> e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,742 (IBGE, 2022). Apesar de sua relevância histórica e econômica, a economia da cidade permanece amplamente dependente da mineração e do turismo, que influencia diretamente sua arrecadação e desenvolvimento social.

Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Mariana era de 2,6 salários mínimos (IBGE, 2022). Em novembro de 2024, o município contabilizava 12.974 famílias inscritas no Cadastro Único, das quais 5.790 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (Brasil, 2024). O Produto Interno Bruto (PIB) per capita atingiu em 2021, o maior valor da última década, chegando a R\$ 119.155,40. No mesmo ano, o Valor Adicionado Bruto (VAB) destacou a indústria como principal fonte econômica do município, responsável por aproximadamente 71% da arrecadação. O setor de serviços ocupa o segundo lugar, contribuindo com aproximadamente 23% (Brasil, 2021). Além disso, Mariana recebeu até novembro de 2024, o montante acumulado de R\$ 245.060.546,65 em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) (Brasil, 2024).

No entanto, essa dependência econômica trouxe consequências drásticas à história recente da cidade. O rompimento da barragem de Fundão, controlada pela mineradora Samarco S.A., foi classificado como o maior desastre tecnológico (COBRADE, 2019) de proporções socioambientais ocasionado pela mineração no Brasil. No município de Mariana, os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, foram quase que inteiramente destruídos, ocasionando 19 óbitos (Sánchez et al, 2018) e centenas de famílias desabrigadas e desalojadas, além de incontáveis consequências para o meio ambiente. “Um contingente de famílias que vivia na área rural do município foi forçado a migrar para o centro da cidade, do dia para a noite – pois somente na zona urbanizada seria possível acomodar e prestar alguns serviços emergenciais” (Gambardella, Acosta & Brandão, 2022, p.195).

Segundo informações do Ministério Público Federal (MPF), o colapso da estrutura da barragem resultou no extravasamento de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério e outras partículas. Esses rejeitos atingiram inicialmente o rio Gualaxo do Norte, seguiram pelo rio do Carmo e, posteriormente, alcançaram o rio Doce, deslocando-se até atingir o Oceano Atlântico, no distrito de Regência, município de Linhares, no Espírito Santo, afetando os ecossistemas, comunidades, agricultores, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores de diversos municípios dos dois estados atingidos, de acordo com Lacaz, Porto e Pinheiro (2017).

Cinco anos após o desastre de Mariana, a pandemia de Covid-19 trouxe uma nova dimensão de desafios. Reconhecida como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em 30 de janeiro de 2020, a doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março do mesmo ano, devido à sua rápida disseminação global. Após mais de três anos de impacto mundial, a pandemia foi oficialmente declarada encerrada pela OMS em 5 de maio de 2023, conforme informações divulgadas pela página oficial da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), agência especializada em saúde, integrante do sistema interamericano e escritório regional da OMS.

Durante esse período, conforme dados do Painel Coronavírus do Ministério da Saúde, o Brasil acumulou um total de 37.487.971 casos confirmados de Covid-19, com 701.833 óbitos. No estado de Minas Gerais, foram registrados 4.204.916 casos confirmados e 65.657 óbitos. Especificamente no município de Mariana, os números indicam 18.306 casos confirmados e 119 óbitos relacionados à doença (Brasil, 2023). Este cenário demonstra a importância de políticas públicas, como a Assistência Social, para mitigar os impactos sociais e econômicos que se intensificaram em meio à crise sanitária.

Ambos os eventos, ainda que distintos em sua natureza, evidenciaram a necessidade de respostas rápidas e articuladas por parte das políticas públicas, especialmente no campo da Assistência Social. Visto que as situações de emergências e calamidades trazem impactos profundos nas relações sociais e econômicas das populações afetadas, especialmente as mais vulneráveis, que se tornam público prioritário das ações de

proteção social.

A Assistência Social no Brasil é regulamentada pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A LOAS, em seu artigo 6º, dispõe que “A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) [...]” (Brasil, 1993). Os princípios e diretrizes para a implementação do SUAS foram definidos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. Dessa forma, o SUAS “[...] define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social” (Brasil, 2004, p. 39) no Brasil.

O SUAS desempenha papel fundamental na oferta da proteção social. A Proteção Social Básica (PSB) é oferecida principalmente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública estatal que atua de forma descentralizada na promoção da Política de Assistência Social, tendo como objetivo a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios sociais, a partir da atuação preventiva, com o intuito de resguardar situações de riscos e vulnerabilidades (Brasil, 2016), por meio de serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que realiza “[...] trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (Brasil, 2012, p.12).

Em Mariana, há dois CRAS: o CRAS Cabanas e o CRAS Colina. O CRAS Cabanas está localizado na região que abrange diversos bairros, conhecido como Cabanas - “Cidade Alta”. Essa área é a mais populosa do município e está situada no lado oposto à sede, atravessando a MG-356. O equipamento também conta com a Equipe Volante Distritos, responsável pelo atendimento em toda a zona rural de Mariana. O CRAS Colina, por sua vez, atende a região denominada Colina, que compreende vários bairros próximos à MG-129, na saída de Mariana em direção ao município de Catas Altas. Além disso, possui a Equipe Volante Bairros, dedicada ao atendimento na área central da sede do município. Na última década, ambos os equipamentos enfrentaram um aumento expressivo na demanda por atendimentos, intensificado pelos dois eventos emergenciais analisados.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar como os eventos emergenciais alteraram a dinâmica de alguns dos serviços de Proteção Social Básica oferecidos pelo município de Mariana. Partindo da hipótese de que os eventos emergenciais, como o rompimento da barragem de Fundão e a pandemia de Covid-19, impactaram significativamente a dinâmica e a capacidade de resposta dos serviços de Proteção Social Básica às populações mais vulneráveis. A análise utiliza dados quantitativos extraídos do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) considerando o número de “atendimentos individualizados”, “famílias em acompanhamento pelo PAIF” e “outros benefícios eventuais concedidos”, entre o período de 2014 a 2023, proporcionando uma análise quantitativa e qualitativa fundamentada a partir da complexidade e subjetividade dos contextos e eventos apresentados, contribuindo para uma compreensão ampliada do papel da assistência

social em situações de crise.

## METODOLOGIA

A produção de informação e conhecimento é um requisito essencial para o aprimoramento das ofertas de proteção social, especialmente em municípios que enfrentam situações de emergência, como a cidade de Mariana, Minas Gerais. Esse processo é indispensável para embasar a análise e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a população atingida. Em Mariana, destaca-se a importância da produção de conhecimentos, diante as emergências enfrentadas, que permitam avaliar o comportamento das ofertas de Proteção Social Básica pelos equipamentos dos CRAS ao longo do período de 2014 a 2023.

Nesse sentido, a presente pesquisa adotou um estudo exploratório, que “[...] são realizados quando o objetivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foi abordado antes” (Sampieri, Collado & Lucio, 2013, p. 101), combinando as abordagens quantitativa e qualitativa, interpretando os significados subjacentes aos eventos ocorridos. De acordo com Sampieri et al (2013) a abordagem mista permite uma metodologia de análise abrangente e aprofundada, unindo a objetividade dos dados estatísticos à riqueza interpretativa.

O estudo quali-quantitativo possibilitou avaliar os impactos das emergências no funcionamento dos CRAS. “O enfoque quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias” (Sampieri et al, 2013, p. 30), enquanto o “Enfoque qualitativo utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação” (Sampieri et al, 2013, p. 33) e “Descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações” (Sampieri et al, 2013, p. 34), baseado em uma perspectiva interpretativa focada na compreensão do significado das ações humanas e institucionais.

A coleta de dados secundários foi realizada a partir do banco de dados do Registro Mensal de Atendimentos (RMA), disponibilizado pela página *web* da Vigilância Socioassistencial, por meio de uma ação integrada entre a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), além de legislações e bibliografia especializada.

O RMA é um sistema que registra mensalmente as informações sobre os serviços ofertados e o volume de atendimentos realizados nos CRAS. Seu objetivo é uniformizar os dados, proporcionando informações qualificadas que contribuem para o desenvolvimento do SUAS (Brasil, 2023). O sistema foi criado para atender os parâmetros nacionais e sua última atualização foi estabelecida pela Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 2 de 22 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017).

Os dados foram organizados e sistematizados em planilhas no *software* Excel. Os quantitativos referentes aos meses de janeiro a dezembro foram somados e divididos pelo número de meses do ano, chegando à média mensal anual. Para a análise das “famílias em acompanhamento pelo PAIF” e “atendimentos individualizados/particularizados”, foram extraídos dados referentes ao período de 2014 a 2023. Entre os anos de 2014 e 2016 não há registros referentes a “Outros benefícios eventuais concedidos”, o levantamento dos dados começou a ser realizado apenas a partir do ano de 2017, após a revisão do formulário do RMA.

Essa sistematização permitiu uma análise comparativa das ofertas da Proteção Social Básica em diferentes períodos: nos anos que antecederam as emergências (2014–2015), após o rompimento da barragem de Fundão (2015–2020) e durante a pandemia de Covid-19 (2020 –2023). A organização dos dados em tabelas possibilitou a construção de gráficos comparativos, que destacam as demandas antes, durante e após os eventos emergenciais. A organização dos dados por equipamento de CRAS possibilitou tanto a análise da oferta de proteção social em cada unidade, quanto uma comparação entre os dois equipamentos, facilitando a identificação de variações nas ofertas ao longo do período estudado.

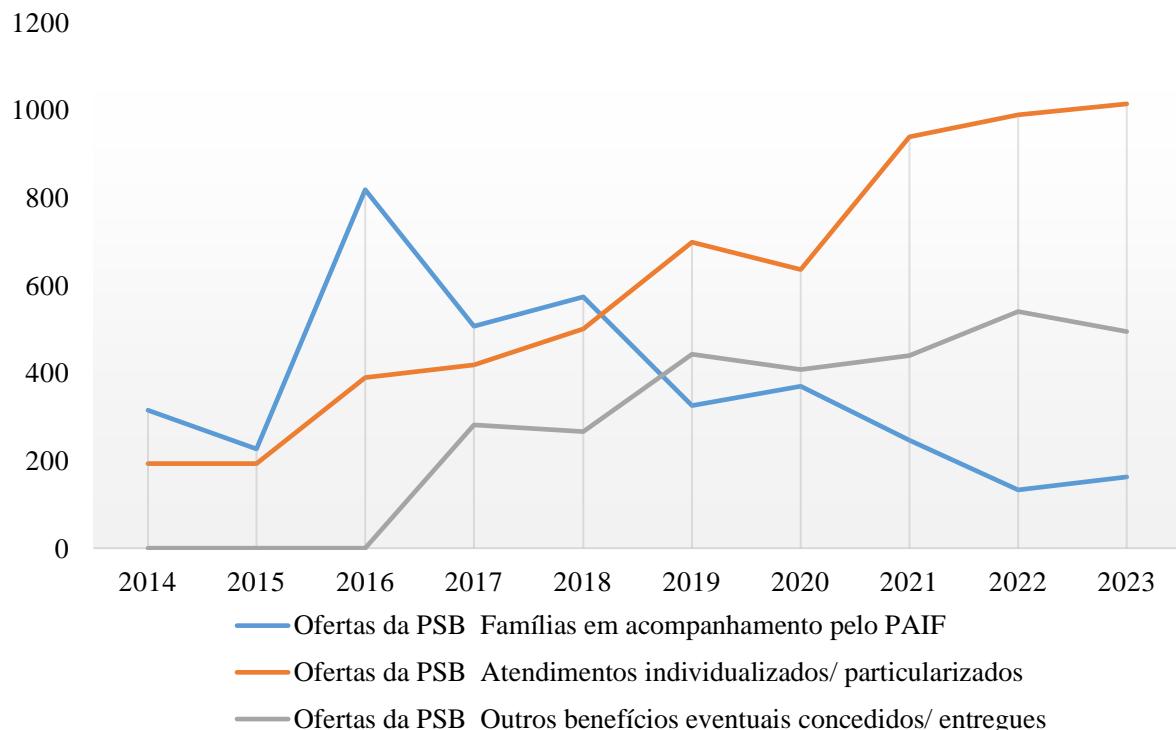
A análise quantitativa dos dados permitiu uma discussão qualitativa fundamentada em estudos teóricos sobre desastres, vulnerabilidades sociais e políticas de assistência social, além de permitir a avaliação do aumento da demanda e do desempenho das equipes. Esse processo também promoveu uma reflexão crítica sobre as políticas públicas de assistência social e a capacidade de resposta do SUAS em contexto de emergências.

## **OFERTA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

### **CRAS Cabanas/ Equipe Volante Distritos**

A análise dos dados relativos às ofertas de proteção social básica realizadas pelo CRAS Cabanas e pela Equipe Volante Distritos, entre 2014 e 2023, evidencia alterações significativas no volume e na natureza dos atendimentos ofertados nos três períodos de estudo. Esses eventos evidenciam como situações de emergências e calamidades públicas podem afetar a dinâmica da oferta de assistência social, exigindo adaptações das políticas públicas e atendimentos.

Gráfico 1  
**Oferta da PSB - CRAS Cabanas/ Equipe Volante Distritos**



Nota Fonte: RMA (2014 – 2023). Vigilância Socioassistencial. MDS, 2024.

Nos anos que antecederam as emergências, as ofertas de proteção social básica apresentam-se como balizadoras para as análises dos próximos anos diante aos contextos de emergências apresentados. Em 2014, 315 famílias estavam em acompanhamento pelo PAIF, número reduzido para 226 em 2015, representando uma queda superior 28%, refletindo menor demanda de acompanhamento pelo serviço. Os atendimentos individualizados/ particularizados permaneceram estáveis com 193 registros em ambos os anos, isso sugere que, apesar da redução no acompanhamento familiar, os atendimentos foram mantidos. Não há registros para outros benefícios eventuais concedidos/ entregues neste período, devido a informação ainda não ser considerada no formulário do RMA.

Após o Rompimento da Barragem de Fundão o número de famílias acompanhadas pelo PAIF ampliou expressivamente em 2016, chegando a 818 registros, aumento de 262% em relação a 2015. Esse salto reflete o impacto do desastre nas famílias marianenses, sugerindo a intensificação das ações de suporte a população no primeiro ano após o desastre. Entretanto, a partir do ano seguinte, o número diminuiu gradualmente até 2019 (326 famílias), representando queda em torno de 60% em relação ao pico de 2016, o que sugere uma

melhor organização social das famílias. Os atendimentos individualizados/ particularizados aumentou de 193 em 2015 para 389 em 2016, chegando a 698 em 2019, tendo crescimento superior a 261% nesse período. Os outros benefícios eventuais concedidos/ entregues começaram a ser registrados no formulários de RMA, pelos CRAS, em 2017 (281 benefícios) e apresentou oscilações nos anos seguintes. Em 2019, o número atingiu 443 registros, representando um aumento de quase 58% em relação a 2016. Apesar da queda no número de acompanhamentos, o aumento de atendimentos e benefícios eventuais, repercutem o contexto de vulnerabilidade social apresentado naquele momento, diante a perda de renda e produtividade das famílias que sofreram os impactos diretos e indiretos, devido ao rompimento da barragem e encerramento das atividades minerarias da Samarco S.A., que desencadeou milhares de demissões e alterou o cenário econômico de grande parte da população marianense.

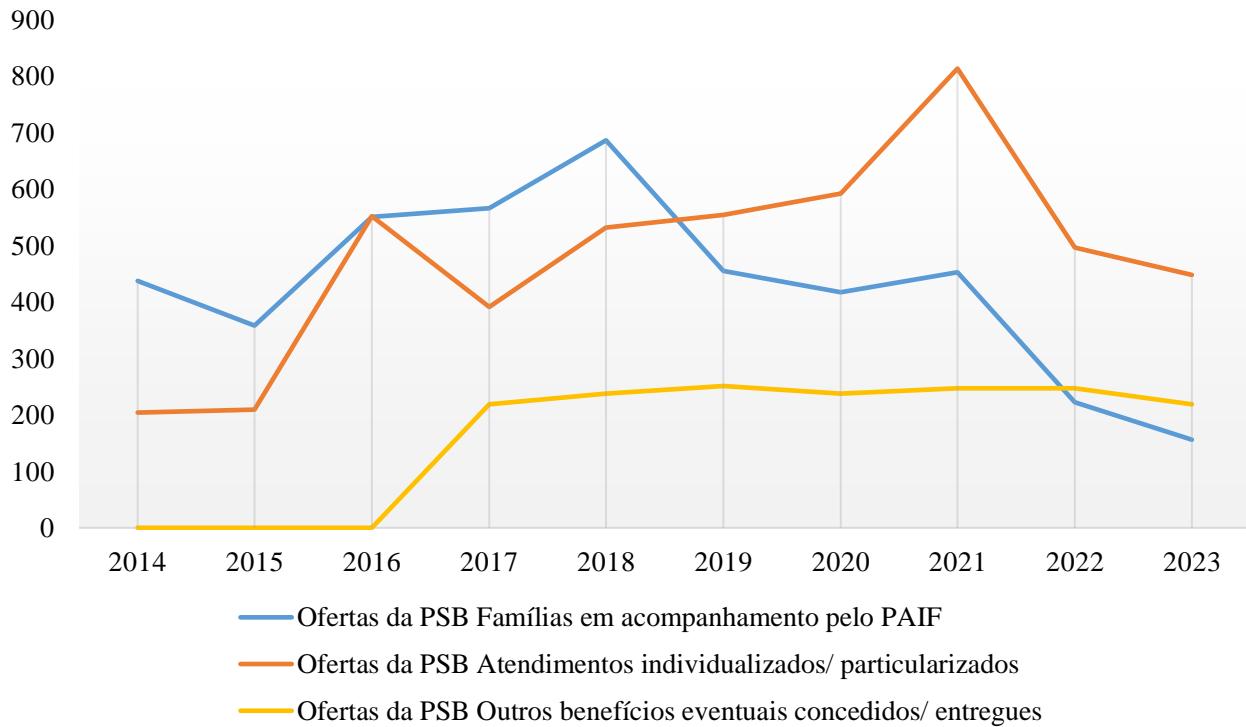
Durante a pandemia de Covid-19, o número de famílias acompanhadas pelo PAIF apresentou queda significativa, passando de 370 em 2020 para 133 em 2022, 64% de redução nos acompanhamentos, devido às restrições sanitárias que dificultaram o acompanhamento presencial. Em 2023, houve um pequeno aumento, alcançando 163 famílias acompanhadas, tendo em vista a declaração do encerramento da pandemia pela OMS, no dia 05 de maio de 2023, normalizando o atendimento presencial no CRAS. Quanto aos atendimentos individualizados/ particularizados houve um aumento expressivo. Em 2020, foram realizados 636 atendimentos, número que subiu para 939 em 2021 e atingiu 1.014 em 2023, um crescimento superior a 59% em relação a 2020. De um lado, isso evidencia a adaptação do CRAS para atender demandas específicas, como a oferta de atendimento online, dando início ao trabalho remoto, mas por outro lado dificultou o acesso a proteção social “[...] aos cidadãos usuários que não dispõem de tais recursos digitais ou de habilidade para operá-los (Sposati, 2020, p. 77)”. Já a oferta de outros benefícios eventuais concedidos/ entregues expandiu de 408 em 2020 para 540 em 2022, tendo um crescimento superior a 32%. Em contrapartida, no ano de 2023, os números apresentaram uma leve redução, 494 registros, mas ainda manteve-se em níveis elevados, como resposta às necessidades emergenciais das famílias impactadas pela pandemia, devido a demanda ao “[...]" benefício eventual na modalidade de “cesta básica”, como um direito à segurança alimentar” (Sposati, 2020, p.8).

Os dados evidenciam que, tanto o rompimento da barragem de Fundão quanto a pandemia de Covid-19, resultaram em aumentos significativos pela oferta de proteção social básica. O rompimento da barragem de Fundão teve como destaque o crescimento do quantitativo de acompanhamentos de famílias pelo PAIF e atendimentos individualizados, enquanto que durante a pandemia de Covid-19 houve redução no acompanhamento pelo PAIF, mas um aumento nos atendimentos individualizados e na concessão de benefícios eventuais, sugerindo, diante do contexto de isolamento e diminuição dos postos de trabalho, a necessidade de respostas efetivas a partir da concessão do benefício eventual da cesta básica.

## CRAS Colina/ Equipe Volante Bairros

A análise dos dados relativos às ofertas de proteção social básica realizadas pelo CRAS Colina e pela Equipe Volante Bairros, entre 2014 e 2023, apresenta o quantitativo e natureza dos atendimentos relacionadas aos períodos estudados, que trouxeram novos desafios e necessidades emergenciais para o sistema de proteção social básica.

Gráfico 2  
Oferta da PSB - CRAS Colina/ Equipe Volante Bairros



Nota Fonte: RMA (2014 – 2023). Vigilância Socioassistencial. MDS, 2024.

Os anos de 2014 e 2015 antecederam as situações de emergências apresentadas pelo estudo, dessa forma, servem como base para avaliação dos anos seguintes e para avaliação das ofertas de proteção social básica pelo CRAS Colina e Equipe Volante Bairros. Em 2014, 437 famílias estavam em acompanhamento pelo PAIF, número que caiu para 358 em 2015, representando uma redução de aproximadamente 18%. Essa diminuição pode ser explicada pela queda na demanda por acompanhamento social das famílias nesse período. Os atendimentos individualizados/ particularizados permaneceram estáveis, passando de 204 para 209, com um aumento de pouco mais que 2%, indicando uma estabilidade. Para outros benefícios eventuais concedidos/ entregues não há registros nesse período, tendo em vista que a informação ainda não era preenchida no formulário do RMA.

Após o Rompimento da Barragem de Fundão, há um aumento significativo das famílias em acompanhamento pelo PAIF, atingindo o pico de 686 registros no ano de 2018. Entre 2015 e 2018, o crescimento foi superior a

91%. Essa alta reflete o impacto socioeconômico do rompimento e a ampliação das ações de suporte às famílias vulneráveis diante ao contexto socioeconômico apresentado pelo município de Mariana, devido à queda do rendimento das famílias atingidas, ocasionado pela perda de produção das famílias e aumento do desemprego, diante a paralisação da mineração pela Samarco S.A. Em 2020, o número caiu para 417, uma redução de 39% em relação a 2018. Segundo informações na página *web* da Samarco S.A., em outubro de 2019 foi votada e aprovada a Licença de Operação Corretiva (LOC) pela Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), dessa forma, a empresa reiniciou as atividades e em dezembro de 2020, após a liberação de todas as licenças ambientais necessárias, as operações foram retomadas, o que pode ter contribuído para a oferta de emprego e a mudança no perfil socioeconômico da população. Os atendimentos individualizados/ particularizados cresceram de 209 para 592 entre 2015 e 2019, registrando um aumento superior a 165%, evidenciando a intensificação do atendimento socioassistencial voltado para demandas específicas das famílias em situação de vulnerabilidade social, diante aos impactos causados pelo rompimento. No ano de 2017, foram registrados 219 outros benefícios eventuais concedidos/ entregues. Em 2019, o número aumentou para 251, representando uma elevação superior a 14%, expressando sua importância em mitigar as vulnerabilidades das famílias atingidas.

Durante a Pandemia de Covid-19 os números diminuíram de forma expressiva quanto ao registro de famílias em acompanhamento pelo PAIF, de 417 em 2020 para 156 em 2023, o que representa uma redução superior a 62%. Esse declínio pode ser explicado pelas restrições impostas pelo distanciamento social e possíveis dificuldades na execução dos serviços, uma vez que o CRAS “[...] adotou medidas sanitárias de isolamento, quarentena, e outras tantas, de conduta sanitária [...]” (Sposati, 2020, p. 34). Enquanto para os atendimentos individualizados/ particularizados, houve um pico em 2021 de 813 atendimentos, o aumento supera 37% em relação ao ano de 2020, que teve o registro de 592 atendimentos. Esse aumento reflete o esforço emergencial em atender demandas específicas durante o auge da pandemia, pela equipe do CRAS. No entanto, o número caiu para 448 em 2023, e apresentou redução de aproximadamente 45% em relação a 2021. Os registros de outros benefícios eventuais concedidos/ entregues, manteve relativamente estável durante o período, variando entre 238 e 247, com uma leve redução para 219 em 2023, apresentando queda de cerca de 11% neste período. Essa diminuição pode ser explicada pelas restrições impostas pelo distanciamento social e dificuldades no acesso aos serviços, mas ainda demonstra a continuidade das ações de assistência mesmo com as limitações impostas pela pandemia.

O gráfico 2 evidencia que, eventos extremos, como o rompimento da barragem de Fundão e a pandemia da Covid-19, ou seja, situações de emergências, têm grande impacto na demanda e na capacidade de resposta da proteção social básica. Observa-se que o rompimento da barragem de Fundão ocasionou o expressivo aumento na demanda por proteção social básica, apesar do aumento dos atendimentos emergenciais em 2021, a pandemia trouxe desafios que impactaram negativamente a continuidade dos acompanhamentos pelo PAIF, diante as medidas de isolamento social impostas pela crise sanitária. Nesse contexto, “A responsabilidade por

proteção social exige que a ação e sua gestão se constituam e se instrumentalizem para responder às necessidades, não só individuais como as coletivas [...]” (Sposati, 2020, p. 09).

## **ANÁLISE INTEGRADA DAS OFERTAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE MARIANA/MG**

A análise integrada dos dados demonstra transformações significativas nas ofertas de proteção social básica no município de Mariana, em resposta aos eventos emergenciais que marcaram a última década: o rompimento da barragem de Fundão e a pandemia de Covid-19. Essas análises refletem as transformações nas dinâmicas de atendimento às necessidades das famílias atingidas, considerando tanto o aumento diante as demandas emergenciais quanto a capacidade de resposta dos serviços ofertados pelo CRAS Colina e CRAS Cabanas, conjuntamente com suas equipes volantes.

No período antes das emergências (2014 – 2015), os serviços de proteção social básica apresentavam números relativamente estáveis. O número de famílias acompanhadas pelo PAIF e de atendimentos individualizados/particularizados mantiveram-se semelhantes nos dois gráficos, evidenciando uma estrutura de atendimento regular e sem grandes variações.

Após o rompimento da barragem de Fundão (2015 – 2019), os dados revelam um aumento expressivo na demanda por proteção social básica. Esse período foi marcado pela ampliação da atuação dos CRAS para mitigar os impactos socioeconômicos do desastre as condições de vida da população vulnerável. O número de famílias em acompanhamento pelo PAIF atingiu picos em ambos os gráficos, principalmente em 2016, demonstrando uma intensificação das ações de suporte às famílias afetadas logo após desastre. Neste mesmo período, observa-se que o gráfico 2 evidencia os números mais elevados, o que pode ser justificado devido a realocação das famílias deslocadas pelo rompimento da barragem, que vieram a residir na sede do município e em bairros de cobertura do CRAS Colina e equipe Volante Bairros, destacando sua capacidade de resposta. Além do registro dos benefícios eventuais a partir de 2017, que demonstrando a importância do suporte de “provisões de benefícios eventuais em situações temporárias e de calamidade pública [...]” (Sposati, 2020, p. 77).

Cabe esclarecer que no início de 2016, a SEDESC recebe a suplementação de 20 técnicos de nível superior distribuídos as equipes dos CRAS, financiados pela Samarco S.A., após aprovação do Plano Emergencial de Proteção Social, o que justifica o aumento expressivo no número de famílias em acompanhamento pelo PAIF e atendimentos individualizados. Em 03 de agosto de 2018, é ajuizada a Ação Civil Pública (ACP) nº. 0400.18.003956-4 em face das empresas Samarco S.A., Vale, BHP Billiton e Fundação Renova, cujo objetivo foi de regularizar a prestação de serviços nas áreas de Assistência Social e Saúde de Mariana (MPMG, 2020).

Mas a pandemia de Covid-19 trouxe novas demandas emergenciais e desafiou a capacidade de resposta das

equipes de assistência social, levando a mudanças na dinâmica dos atendimentos, com foco em benefícios eventuais e atendimentos particularizados. Dessa forma, o acompanhamento de famílias pelo PAIF caiu consideravelmente em ambos os gráficos, refletindo as dificuldades impostas pelas restrições sanitárias da pandemia e pela redução de interações presenciais. Nesse contexto, fez-se imprescindível “[...] a escuta qualificada para valorização das narrativas configurando o trabalho remoto como uma possibilidade de apoio e proteção” (Sposati, 2020, p. 118 - 119).

Os atendimentos individualizados cresceram significativamente durante a pandemia, indicando a adaptação dos serviços para atender demandas mais específicas e emergenciais. E os benefícios eventuais aumentaram, atingindo números elevados nos dois gráficos. Esse aumento pode ser explicado pela crescente demanda por serviços ofertados pelo CRAS, em decorrência da perda de renda, ocasionada pelo desemprego, reflexo da crise sanitária. O que corrobora com a suplementação técnica, que proporcionou ao município a capacidade de resposta e influenciou os resultados das equipes na fase da pandemia.

Neste contexto, a análise dos dois gráficos demonstra que em situações de emergências, como o rompimento da barragem de Fundão e a pandemia da Covid-19, como sugerido pela hipótese, impactaram significativamente a capacidade de resposta da proteção social básica, alterando a dinâmica dos serviços ofertados pelos CRAS às populações mais vulneráveis, sendo fundamental adaptações para fortalecer a Política Pública de Assistência Social para garantir maior resiliência as situações impostas em momentos de crise.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A produção de informações favorece ações planejadas que otimizam os esforços empreendidos, visto que as estratégias de enfrentamento atuam de forma articulada e preparada, garantindo eficiência as ações de proteção social aos afetados. Aos desastres e pandemias, sejam relacionados a agentes tecnológicos ou biológicos, “[...] é imperativo um olhar diferenciado das políticas públicas aos grupos populacionais que são afetados [...]” (Viana, Buitrago, Gambardella & Nascimento, 2022, p. 828).

A vivência do rompimento da barragem de Fundão e a pandemia da Covid-19 introduziu uma nova realidade para a população e as equipes de trabalho dos CRAS no município de Mariana. A proteção social, função da Política de Assistência Social, desempenha um papel crucial na preparação, mitigação e resposta em situações de emergências. Dessa forma, a “[...] informação abrangente, sistematizada e atualizada constitui insumo básico para a formulação de uma estratégia de superação ou mitigação de uma problemática social específica, para o planejamento de um arranjo operativo que permita colocá-la em ação [...]” (Jannuzzi, 2013, p. 6).

A experiência do município de Mariana destaca a necessidade de investimentos contínuos em “[...] subsídios para orientação técnica e metodológica para atuação em contextos de desastres (durante e pós-emergência e calamidade pública)” (Sposati, 2020, p. 77), em infraestrutura social e no fortalecimento das equipes de

assistência social para garantir que, em tempos de crise, a oferta de serviços seja eficiente e abrangente, atendendo adequadamente às necessidades da população vulnerável. As condições de trabalho e profissionais preparados são indispensáveis para garantir a eficácia da resposta a crises e a continuidade da prestação de serviços.

A análise comparativa dos impactos dos desastres nos CRAS Cabanas e CRAS Colina revela diferenças na resposta e na capacidade de atendimento, refletindo a importância de estratégias personalizadas e recursos adequados para cada contexto específico. Essas variações podem ser atribuídas à localização geográfica e à distribuição populacional do território de cada CRAS e destaca a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura social e no fortalecimento das equipes de assistência social para garantir que, em tempos de crise, a proteção social seja eficaz e abrangente, atendendo adequadamente às necessidades da população vulnerável.

Recomenda-se que as políticas públicas priorizem a preparação contínua em emergências e calamidades públicas, incluindo treinamentos regulares das equipes de assistência social e o desenvolvimento de planos de contingência detalhados. Futuras pesquisas devem considerar uma análise mais extensa e comparativa entre diferentes contextos para compreender profundamente as experiências dos usuários dos CRAS e explorar a eficácia de diferentes estratégias de resposta a emergências nos municípios.

## **REFERÊNCIAS**

Agência Nacional de Mineração – ANM. Sistema Arrecadação. Distribuição CEFEM. Recuperado de:  
[https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao\\_cefem.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cefem.aspx).

Brasil. Diário Oficial da União. Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Resolução Nº 4, de 24 de maio de 2011. Institui parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS. Brasília. 2011. Recuperado de:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2011/ResolucaoCITn4-2011.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2011/ResolucaoCITn4-2011.pdf).

Brasil . Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Vigilância Socioassistencial. Recuperado de:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/snras/vigilancia/index2.php>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). 2019. Recuperado de: <http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/centronacional-de-gerenciamento-de-riscos-e-desastres-cenad/entenda-os-desastres>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Caderno de Orientações. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília. 2016. Recuperado de:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cartilha\\_paif\\_2511.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf).

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Orientações Técnicas sobre o PAIF. 1 edição. Brasília. 2012. Recuperado de:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cadernos/orientacoes\\_paif\\_1.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_paif_1.pdf).

Brasil. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Norma Operacional Básica – NOB/Suas. 2012c. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. 2004.

Brasil. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução n. 109 de 11 nov. 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 nov. 2009, Brasília. Recuperado de:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA. Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Recuperado de:  
<https://covid.saude.gov.br/>.

Ferreira, Stela da Silva. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, 2011. Recuperado de:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Cidade de Mariana. Minas Gerais. Recuperado de:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. PIB por municípios – Mariana, Minas Gerais. Recuperado de:  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=3140001>.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Conjuntos Urbanos Tombados. História - Mariana (MG). Recuperado de: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1491/>.

Jannuzzi, Paulo de Martino. Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, n.5, p. 4-27. Recuperado de: <https://raval.org.br/article/doi/10.4322/rbma201305002>.

Lacaz, F. A. de C; Porto, M. F. de S.; Pinheiro, T. M. M. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 42, e.9, 2017. Recuperado de: [http://www.scielo.br/j/rbsc/a/5K38Dp8mVGv6jygHLGzPNGG/abstract/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbsc/a/5K38Dp8mVGv6jygHLGzPNGG/abstract/?lang=pt).

Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 020/2020. Recuperado de:  
<https://www.mpmg.mp.br/data/files/8E/F6/F5/B7/E0B52810C27CA428760849A8/20-2020.pdf>.

Ministério Público Federal – MPF. Caso Samarco. O desastre. Recuperado de:  
<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde no Brasil. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Brasil. 11 de março de 2020. Recuperado de:  
<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic#:~:text=OMS%20afirma%20que%20COVID%2D19%20%C3%A9%20agora%20caracterizada%20como%20pandemia,->

[Copied%20to%20clipboard&text=11%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020, agora%20caracterizada%20como%20uma%20pandemia.](#)

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde no Brasil. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. Recuperado de: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>.

Sposati, Aldaíza de Oliveira. (org.). SUAS e proteção social na pandemia de covid-19: nota técnica do NEPSAS. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Recuperado de: <https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/23b57-nota-tecnica-agosto.pdf>.

Samarco. A Samarco. Reparação. Bacia do rio Doce. Recuperado de: <https://www.samarco.com/reparacao/>.

Sampieri, Roberto Hernández; Collado, Carlos Fernández; Lúcio, María del Pilar Baptista. Metodología de pesquisa. Trad.: Daisy Vaz Moraes. 5º Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

Gambardella, Dianezi; Acosta, Ana Rojas; Brandão, Felipe de Souza. Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do SUAS diante dos desastres socioambientais. Serviço Social & Sociedade. (Serv. Soc. Soc., 2022 (144)), 193–212. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.287>.

Sánchez, K. Alger, *et al.* Os impactos do rompimento da Barragem de Fundão. O caminho para uma mitigação sustentável e resiliente. Relatório Temático nº 1 do Painel do Rio Doce. União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais - IUCN, Gland, Suíça, 2018. Recuperado de: <https://reparacaobaciariodoce.com/wp-content/uploads/2020/04/OsimpactosdorompimentodaBarragemdeFundao.pdf>.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG. Juízo da 2ª Vara Civil, Criminal e de Execuções Penais de Mariana. Ata de reunião. Ação Civil Pública nº. 0400.18.003956-4. MG. Mariana, 2019.

Viana, Aline Silveira; Buitrago, Astrid Catalina Flórez; Gambardella, Alice Dianezi; Nascimento, Marilia Teresa Lima do. (2022). Velhices urbanas, rurais e institucionalizadas em desastres hidrológicos e geológicos. *Concilium*, 22(6), 827–841. Recuperado de: <https://doi.org/10.53660/CLM-581-559>.